



# As origens do estado



4/4

**O parlamentarismo  
no Brasil**

Prof: Ricardo Gomes

**e-books**  
NÚCLEO DE FORMAÇÃO

# Prefácio

Hoje muito se discutem as formas e sistemas de governo, bem como os problemas de cada um deles. No entanto, pouco se aprofunda a discussão sobre o que de fato é esse governo, sobre o que é o Estado e para o que eles servem. Para que possamos compreender nossa organização política, jurídica e social, precisamos retroceder na História, entender quais foram as nossas influências e qual foi o fio condutor que nos fez chegar até aqui. Existem diversas definições para o termo Estado. Uma das mais famosas é a de Max Weber, intelectual alemão, considerado um dos pais da sociologia. Weber dizia que:

---

“O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”.

As nuances dessa definição ao longo da História fazem desse curso uma viagem fascinante. Quais homens dominaram quais? Qual é o limite do monopólio da força? Como foram estabelecidos esses limites? O que é um território? O que é

uma identidade nacional? Como garantimos nossos direitos individuais dentro das nossas nações? Essas são algumas das perguntas que o professor Ricardo Gomes tenta responder ao longo do curso, pois, como disse ele, parafraseando Eduardo Bueno:

---

“a História é feita de muito mais sangue, suor, lágrimas e sêmen do que podemos imaginar”.

Sendo assim, o curso tem o objetivo de aprofundar essas questões por base da História do processo de desenvolvimento dos maiores Estados da democracia ocidental: a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. As diferenças e semelhanças da herança constitucional desses países são de fundamental importância para formação do entendimento da identidade política do brasileiro. É pela compreensão das “origens do Estado” e do que foi o empirismo inglês, o constitucionalismo americano e o iluminismo francês que conseguimos entender como se deu a formação do patrimonialismo brasileiro, doença que contaminou nosso país ao longo do tempo.

# Introdução

Este livro é o encerramento dos três anteriores sobre as Origens do Estado moderno. Nós começamos na Inglaterra, falando da construção de um Estado com um governo limitado, baseado no princípio do Rule of Law. Depois nós abordamos os Estados Unidos, seu mito fundador, a luta pelo direito de serem ingleses, sua independência e constitucionalismo. Por fim, passamos pela revolução francesa e sua fantasia racionalista de tentar desenhar um país do zero, apagando seu passado, ou seja, uma revolução absolutamente diferente da americana, que colheu os frutos da tradição inglesa. Agora é hora de olhar para o Brasil e comparar com esses exemplos, analisando suas semelhanças e diferenças, bem como as peculiaridades da formação política do nosso país. Nesse sentido, Gilberto Amado já dizia:

---

“O modelo inglês é o de cooperação dos poderes, o americano é o da separação de poderes e o brasileiro é o da invasão de poderes”.

Para compreender essa afirmação, precisaremos mergulhar na história do Brasil, desde a vinda da família real. Faremos um passeio pelos períodos que marcaram a promulgação das nossas sete constituições na busca pela essência do que é ser brasileiro.

Começaremos tentando responder esta questão por meio de um exercício de contraste. Analisaremos duas canções típicas dos países: *That's America to Me*, cantada por Frank Sinatra, que responde justamente a essência do que é ser americano; e *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, que fala de algumas características do povo brasileiro.

---

What is America to me

A name, a map, or a flag I see

A certain word, democracy

What is America to me

The house I live in

A plot of Earth, a street

The grocer and the butcher

And the people that I meet

O que é a América para mim?

Um nome, um mapa ou uma  
bandeira que vejo

Uma certa palavra, democracia

O que é a América para mim?

A casa em que eu moro

Um pedaço de terra, uma rua

O merceiro e o açougueiro

Ou as pessoas que eu conheço

The children in the playground  
The faces that I see  
All races and religions  
That's America to me

The place I work in  
The worker by my side  
The little town the city  
Where my people lived and died

The howdy and the handshake  
The air a feeling free  
And the right to speak your mind out  
That's America to me

The things I see about me  
The big things and the small  
The little corner newsstand  
Or the house a mile tall

The wedding and the churchyard  
The laughter and the tears  
The dream that's been a growing  
For a hundred and fifty years

As crianças no playground  
Os rostos que vejo  
Todas as raças e religiões  
Isso é a América para mim

O lugar onde eu trabalho  
O trabalhador ao meu lado  
O pequeno bairro da cidade  
Onde meu povo viveu e morreu

O “olá” e o aperto de mão  
O ar, o sentimento de liberdade  
E o direito de falar o que vem na  
sua mente  
Isso é a América para mim

As coisas que vejo sobre mim  
As grandes coisas e as pequenas  
Aquela pequena banca de canto  
Ou a casa uma milha de altura

O casamento e o adro da igreja  
O riso e as lágrimas  
E o sonho que tem crescido  
Por cento e cinquenta anos

The town I live in  
The street, the house, the room  
The pavement of the city  
Or the garden all in bloom

The church the school the clubhouse  
The million lights I see  
But especially the people  
That's America to me

A cidade em que eu moro  
A rua, a casa, o quarto  
O pavimento da cidade  
Ou o jardim todo em flor

A igreja, a escola, o clube  
As milhões de luzes que vejo  
Mas especialmente as pessoas  
- Sim, especialmente as pessoas  
Isso é a América para mim



Frank Sinatra canta  
"What is America to me"

Logo na primeira estrofe percebemos a presença de elementos importantes da essência do que é ser americano: o nome, o mapa, a bandeira e a democracia. Quanto ao nome: após Cristóvão Colombo descobrir as ilhas do Caribe, Américo Vespúcio continua a exploração e descobre o continente. Por isso, já no século XVI, os primeiros mapas já o batizavam com o nome de América. Os americanos sempre se consideraram os ingleses da América e o termo “fazer a América” remetia a essa ideia de aventura, de construir um país.

Quanto à questão do mapa: a identificação de um país enquanto território em um mapa é típica do Estado Moderno pois, antigamente, os territórios acompanhavam os casamentos e as conquistas do rei. Os americanos prezam muito pelo seu território, pelas suas conquistas e por suas riquezas naturais enquanto matéria prima para geração de valor. O americano tem a mitologia da bandeira - tanto que a bandeira americana dá origem ao hino americano. Quando, na guerra de 1812, os ingleses invadem os Estados Unidos e bombardeiam o forte de Baltimore, um poeta – Francis Scott Key – observa, de um barco, a bandeira.

Por fim, a visão que o Americano tem de seu país é profundamente relacionada com o regime democrático. A percepção que o americano tem da sua existência é, também, uma percepção política.

A segunda estrofe remete à identificação com o espaço físico da América, com as suas construções, bem como com a percepção da importância das profissões. É a profissão que te coloca no mundo como cidadão, é a leitura das profissões como parte de um ideário, de ter um trabalho.

A terceira estrofe dá a sensação de espaço público, da rua, da convivência. A pluralidade e as diferenças convivendo, mesmo que sem se misturar. O americano abraça todas as culturas, preservando suas características originais. Por isso, lá é tão comum a existência de bairros com comunidades específicas, exemplos: China Town, e Little Italy.

A quarta estrofe remete à marca histórica. O americano se sente um herdeiro das lutas do seu povo.

O conceito de estar em um lugar que foi construído pelas gerações que passaram. O conceito de construir e continuar construindo a América com o seu trabalho e com a ajuda de outros americanos.

Na quinta estrofe, fica clara a defesa de elementos constitucionais. As liberdades individuais - em especial a liberdade de expressão da segunda emenda da constituição dos Estados Unidos. É um direito que está na origem do Estado Americano, da forma como o americano protege o seu direito de expressão no espaço público e no espaço político.

Na sexta estrofe, a noção de que a diferença faz parte da América, tanto os pequenos quanto os grandes negócios. Todos são americanos, independentemente de seus feitos. A América é feita de pequenos e grandes empreendedores, das bancas de jornais e dos arranha-céus. Na sétima estrofe, percebemos a importância da família, dos sentimentos e, novamente, o sonho americano, remetente à ideia de fazer a América, de construir a América em conjunto, em sociedade.

Na oitava estrofe, novamente aparece a questão do espaço físico. Por fim, na nona, aparecem as instituições que compõem a sociedade.

Por que essa música virou sucesso? Porque as pessoas enxergavam refletidas, na música, as suas visões daquilo que é bom em ser americano.

Comparando com Aquarela do Brasil:

---

Brasil, meu Brasil brasileiro  
Meu mulato inzoneiro  
Vou cantar-te nos meus versos  
O Brasil samba que dá  
Bamboleio que faz gingar  
O Brasil do meu amor  
Terra de Nosso Senhor  
Brasil, Brasil..  
Pra mim, Pra mim...

Ah! Abre a cortina do passado  
Tira a mãe preta do serrado  
Bota o rei congo no congado  
Brasil, Brasil... Pra mim, Pra mim...

Ary Barroso



Deixa, cantar de novo o trovador  
à merencória luz da lua  
Toda a canção do meu amor  
quero ver essa dona caminhando  
Pelos salões arrastando  
O seu vestido rendado  
Brasil, Brasil...  
Pra mim, pra mim...

Brasil! Terra boa e gostosa  
Da morena sestrosa  
De olhar indiferente  
Ô Brasil, samba que dá  
Bamboleio que faz gingar  
O Brasil do meu amor  
Terra de Nosso Senhor  
Brasil, Brasil...pra mim, pra mim...

Oh! Esse coqueiro que dá coco  
Onde eu amarro a minha rede  
Nas noites claras de luar

Ah! Ouve essas fontes murmurantes  
Onde eu mato a minha sede  
E onde a lua vem brincar

Ah! Esse Brasil lindo e trigueiro  
É o meu Brasil brasileiro  
Terra de samba e de pandeiro  
Brasil, Brasil...  
Pra mim, pra mim...  
Brasil, Brasil...

---

A primeira estrofe traz uma ideia de convocação ao iniciar com o verso “meu Brasil brasileiro”. Na sequência, ao falar do mulato inzoneiro, remete à malandragem e ao famoso jeitinho brasileiro, além de deixar claro um traço marcante do nosso povo, que é a mistura de raças.

Na segunda estrofe, novamente está presente, no trecho “bota o rei congo no congado”, a ideia de miscigenação: a mestiçagem, a mistura africana e ibérica. Também, novamente, a figura do malandro trovador. Diferente da música americana, aparece, aqui, na menção ao espaço público, a exaltação às belezas naturais - e não às construções dos homens. Nas demais estrofes, também, não identificamos elementos sobre a formação política do país, sobre o papel do indivíduo, sobre alguma construção humana do visual urbano. Além disso, ao invés da exaltação às profissões e ao trabalho, vemos uma clara apreciação à preguiça e ao ócio no trecho “Oh! Esse coqueiro que dá coco, onde eu amarro a minha rede”.

Assim, percebemos que o povo brasileiro não adquiriu, ao longo da sua história, a consciência de ser brasileiro a partir da formação política do país. A nossa identidade de brasileiros é baseada na cultura rasa, na visão do homem comum. A identidade do brasileiro é a natureza que se tem do lado de fora da porta e, por isso, por exemplo, o Brasil rural é tão diferente do urbano.

A relação do homem com a natureza, o carinho pela terra, seus momentos de lazer e de música e a religiosidade africano-católica são traços culturais muito fortes do nosso povo. Mas a pergunta que fica é: como isso se constitui em identidade política? O que nos faz brasileiros?

Vamos falar, agora, da nossa história política, desse povo que não tem, no seu sentir de brasileiro, um projeto político para o país. Que Estado resultou do Brasil? O que é a nossa tradição constitucional?

# Resumo

## ● 1824 - Constituição do império

Nascemos como colônia de Portugal, importando de lá um rei que, em 1808, foge de Napoleão e chega ao Brasil. Ele vem com toda a sua corte, antes mesmo de o Brasil ter uma sociedade pujante, numa simbologia que já remete ao Estado antes do povo. Assim, nós nos fizemos independentes sem uma guerra, sem o mito fundacional que tiveram os americanos e os franceses, e os vários mitos fundacionais que tiveram os ingleses. Em 1822, Dom Pedro I, às margens do Rio Ipiranga, proclama a independência do país. Logo em seguida, dois anos depois, é promulgada a primeira constituição brasileira. A constituição do império dizia: \_\_\_\_\_

“O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma nação livre e independente que não admite com outro, qualquer laço de união ou federação que se oponha à sua independência”.

É importante ressaltar que essa constituição foi herdeira direta da tradição portuguesa, pois a monarquia, filha de Portugal, não sofreu as restrições do poder ao soberano como sofreu a monarquia inglesa. Era uma constituição que tinha a religião católica como oficial, mesmo com toda a miscigenação do país, e era composta por quatro poderes: o executivo, o legislativo, o judiciário e o moderador - este último pertencente ao imperador. Apesar de parecer positiva, essa composição de Estado não funcionava. Na prática, o que o Brasil tinha era um parlamentarismo quebrado com o poder concentrado no imperador.



Dom Pedro I

O grau de controle do imperador era enorme, pois não existia uma separação de poderes entre o poder moderador e o executivo; ele era líder supremo de ambos, exercendo, assim, tanto o papel de chefe de Estado quanto o de chefe de governo. Além disso, possuía grande autoridade sobre o legislativo, pois podia sancionar, vetar ou deixar em espera os projetos de lei. Por fim, podia, também, suspender os juízes que o desagradassem.

O autoritarismo de Dom Pedro I desagradava o povo brasileiro. Isso fez nascer diversos focos de rebelião contra o imperador. Um dos mais importantes foi a Confederação do Equador no nordeste. Além disso, a Guerra da Cisplatina abalou ainda mais a popularidade do imperador que, em 7 de abril de 1831, acaba por renunciar ao trono.

Em 1831, o Brasil entra em seu período regencial, até que, em 1840, articula-se o golpe da maioria e Dom Pedro II assume.

Apesar da concentração de poder que a constituição de 1824 permitia, Dom Pedro II, para não ter o mesmo destino de seu pai, estabelece algumas melhorias sob o ponto de vista constitucional, que descentralizavam um pouco o seu próprio poder como por exemplo, criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Ele governa até o ano de 1889, quando sofre um golpe militar.

Diversos fatores influenciaram a transição da monarquia para a república. Teve a questão do fim da escravidão, em 1888; como consequência, uma crise monetária, por falta de papel moeda para pagar o trabalho assalariado.

Teve também uma crise financeira oriunda da guerra do Paraguai. Mas, o primordial para a derrocada do império, foram os diversos movimentos republicanos que se iniciaram a partir de 1870. Assim, em 1889, em um golpe militar, o Brasil proclama a república.

## ● 1891 - Constituição da república

Sob o comando de Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, se escreve a primeira constituição da República, promulgada em 1891. Ela é uma constituição de rompimento. Uma desconstituição do império. Várias das formas tradicionais da constituição portuguesa, repetidas na constituição de 1824, foram jogadas fora e substituídas por outras diferentes. Extinguiu o catolicismo como religião oficial. Extinguiu o poder moderador, implementando o presidencialismo com os três poderes: executivo, legislativo e judiciário, independentes e harmônicos entre si. Essa tentativa de rompimento fica muito clara no terceiro trecho do documento, que dizia:

---

“Fica pertencendo à união, no planalto central da república, uma zona de quatorze mil e quatrocentos quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”.

A constituição de 1891



Foi daí que se originou a ideia de Brasília. O plano de criar uma nova capital federal que tirasse a capital do Rio de Janeiro - a cidade imperial - e rompesse com a tradição monárquica. Era uma constituição fraca para um momento de vácuo político social, pois o Brasil nunca fora uma república; e a proclamação acaba com a tradição ibérica. Em substituição, foram buscados elementos no exemplo americano. O primeiro trecho da constituição deixa muito claro isso:

---

“A nação brasileira adota como forma de governo a democracia representativa, a República Federativa. Constitui-se por união perpétua e indissolúvel de suas antigas províncias, os Estados Unidos do Brasil”.

O que o Brasil tentou fazer, claramente, foi uma tentativa de cópia da constituição americana - essa última, sim, nascida, conforme visto no último livro, da união de estados, que eram as treze colônias. No entanto, no Brasil, isso era uma mera ilusão. Era um presidencialismo nos moldes da constituição americana, porém, com uma grande diferença: a constituição americana é uma pirâmide, que começa no poder local dos municípios, tem um grau de autonomia dos estados muito grande, e é bem restrito para a União. Já o Brasil tinha um poder local relativamente relevante, mas um grau muito pequeno de autonomia dos estados e forte concentração de poderes na União.

Com esses dois trechos, identifica-se um forte traço da nossa cultura: de sempre planejar um Brasil novo para o futuro, esquecendo-se do passado. A história política do Brasil é sempre uma projeção de um Brasil que queríamos ser, mas que nunca fomos e não somos. Assim, essa constituição, por óbvio, gera os seus próprios atritos, as suas grandes confusões.

Ainda em 1891, Deodoro da Fonseca renuncia e Floriano, outro militar, assume seu lugar. O fim da chamada “República da Espada” se dá com a eleição de Prudente de Moraes, em 1894, dando início à República Oligárquica e à política do café com leite. Prudente de Moraes é sucedido em 1898, por Campos Sales. Novas eleições acontecem; Washington Luís derrota Getúlio Vargas, que não aceita o resultado e marcha com suas tropas até o Rio de Janeiro, para tomar o Palácio do Catete e dar início à Era Vargas.

Em 1932, os paulistas, revoltados com a “perpetuação provisória” de Getúlio no poder, realizam a Revolução Constitucionalista. O raciocínio era de que, se a revolução de 1930 se fez para romper com o modelo de 1891, devia se constitucionalizar e não se governar de fato, mas sim de direito. Getúlio se nega, os paulistas pegam em armas, mas perdem. No entanto, a revolução produz seu efeito e, em 1934, Getúlio Vargas convoca uma assembleia geral constituinte.



### 1934 - Constituição do regime provisório

Mais uma vez, o que se viu foi a concentração de poderes na mão do governo federal, os estados com pouca autonomia e o poder executivo com força sobre os demais poderes. Além disso, se estabelece o voto obrigatório e se menciona a questão dos direitos trabalhistas pela primeira vez. Essa constituição sofre três emendas ao longo do tempo, as três concentrando poder no executivo federal. A visão de Getúlio era de que, para consolidar a República, era preciso concentrar forças a ponto de promover uma “quase ditadura”. Assim, insatisfeito com a constituição de 1934, em 1937, Getúlio Vargas outorga a chamada Constituição Polaca.

## ● 1937 - Constituição polaca

A constituição polaca instituiu o período chamado Estado Novo. Ela era inspirada na constituição fascista da Polônia. Dissolveu os congressos, suprimiu os hinos e as bandeiras dos estados, dissolveu as assembleias legislativas e afirmou que seriam marcadas novas eleições e um plebiscito para validar a constituição. O Estado Novo durou até 1945, a eleição nunca aconteceu e, tampouco, o plebiscito foi convocado. A partir de 1937, ele passa a governar por decretos-leis previstos na constituição, protegido pelas forças armadas - que na época não tinham o papel de preservar a própria constituição mas sim de obedecer à autoridade do presidente da república, segundo o artigo 161.

Durante seu governo Getúlio acaba com partidos políticos e caça a liberdade de imprensa, estabelecendo, constitucionalmente o direito do executivo de censurar previamente peças de teatro, publicações, jornais e transmissões de rádio e televisão. Esta foi a cara da ditadura de Getúlio Vargas no Brasil.

Uma ideia de criação de uma nova história do Brasil com uma identidade nacional de um Brasil unitário, sem os estados, sem as identidades regionais – inclusive, qualquer manifestação de regionalismo era proibida. Esse foi o período da explosão do samba como música nacional, do futebol com as copas do mundo e dos grandes projetos de infraestrutura com recursos públicos. Nesse contexto, Getúlio disse:

---

“A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, escudos e armas. O Brasil é um estado federal”.

Em 1945, Getúlio sofre um golpe interno de seus próprios ministros e é deposto. Retorna ao Rio Grande do Sul e é eleito senador.



Getúlio Vargas e a República Nova

## ● 1946 - Constituição democrática

Com a saída de Getúlio do poder, se inicia o período da chamada República Nova. Eurico Gaspar Dutra é eleito e empossado em 1946, ano em que também se institui uma nova constituição. Eurico era ministro de Getúlio e signatário da constituição de 1937. Apesar disso, a nova constituição apresenta traços mais democráticos que a anterior e restaura algumas liberdades individuais. Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas é eleito presidente do Brasil, dessa vez por voto direto. Ele governa até o dia 24 de agosto de 1954, quando, pressionado, comete suicídio.

---

“Do Catete só saio morto. Saio da vida para entrar na História”.

A partir daí, todas as eleições seguintes, até 1960, elegeram partidários de Getúlio Vargas. Em 1955, Juscelino Kubitschek é eleito e, ao construir Brasília, cumpre com o que estava previsto na Constituição da República de 1891. Em 1960, o Brasil elege Jânio Quadros. Jânio, por sua vez, conduz o governo de forma atrapalhadíssima. Até que, em 1964, decide realizar um ato de bravata e renuncia à presidência. É empossado então seu vice – João Goulart.

Uma emenda popular, em 1961, transforma o Brasil em um país parlamentarista. O Brasil, em toda a sua história fora do período imperial, não havia tido um governo parlamentarista. Assim, obviamente, o sistema não funciona. Os três poderes entram em conflito, até que, em 1964, Jânio é deposto em um golpe e assume uma junta militar.

### 1967 - Constituição militar

Foram 5 os presidentes da república, todos generais de exército, durante o regime militar: o General Humberto de Alencar Castelo Branco, seguido pelo General Arthur da Costa

e Silva (1967-1969), General Emílio Garrastazu Médici (1968-74), General Ernesto Geisel (1974-79) e o General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-84).

Em 1967, promulga-se a sexta constituição do Brasil, que, quando lida à primeira vista, até parece democrática, mas traz em sua raiz a origem dos atos institucionais. Estabeleceu eleições indiretas para presidente, via colégio eleitoral, que garantiu a preservação do regime. Além disso, foram exarados 17 atos institucionais, que eram atos do executivo com fundamentação nele mesmo.

Em 1965, pelo Ato Institucional número dois, todos os partidos políticos então existentes são declarados extintos e tem início a intensificação da repressão política aos comunistas. Somente dois partidos eram permitidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que veio a servir de refúgio a todos os movimentos de esquerda do país.

O mais famoso dos atos institucionais foi decretado por Costa e Silva em 1968. O AI 5 lhe dava o direito de fechar o parlamento, cassar direitos políticos, suprimir o habeas corpus, a liberdade de imprensa e diversos direitos individuais. Foi ele que deu a moldura institucional da ditadura militar, até que, em 1984, sob forte pressão popular, os militares abdicam do poder.

Novas eleições indiretas acontecem em 1984, e Tancredo Neves é eleito presidente do Brasil. Tancredo morre menos de um mês depois da posse. Assume, então, seu vice - José Sarney. É sob o comando dele que se escreve a famosa constituição de 1988, vigente até hoje.



Cerimônia de posse de Tancredo Neves

## ● 1988 - A Constituição federal

A construção da constituição começou com a Comissão Afonso Arinos, que escreveu um projeto de constituição enxuto e coerente e o enviou para a votação no congresso. O congresso se atirou com tesouras e canetas em cima do projeto e produziu um Frankenstein. Ainda assim, até a véspera da votação, um Frankenstein parlamentarista. Em um “canetaço” de última hora, ela foi transformada em um Presidencialismo.

A constituição é famosa por mencionar 67 vezes a palavra “direito” e apenas 4 a palavra “dever”. Concede, concede e concede, sem se preocupar com as responsabilidades, com o tamanho da conta e com quem paga a conta. Ela é uma fantasia que não para de pé. Gera um desequilíbrio tributário tremendo, com mais de 80 tributos previstos. O modelo da constituição de 88 é ingovernável; o Brasil é obrigado a ser uma social democracia, caso contrário, estará descumprindo a própria constituição

## Conclusão

Ao longo de sua história, o Brasil teve 7 constituições diferentes. O que é, então, o ser político brasileiro? Na primeira constituição, tivemos uma monarquia. Depois uma monarquia parlamentarista democrática, mas com voto censitário e bipartidarismo. Na segunda constituição, tivemos uma república, com um parlamento fraco, democracia com voto censitário e três ou quatro partidos.

Na terceira constituição, uma república com certa autonomia para os estados, parlamento fraco e democracia plena com multipartidarismo. Na quarta, uma república unitária sem autonomia dos estados, ditatorial e sem partidos. Na quinta, uma república com autonomia dos estados, parlamento fraco, democracia e multipartidarismo. Na sexta, ditadura, parlamento fraco e bipartidarismo. Por fim, na sétima, democracia, parlamento forte, social democracia e um super multipartidarismo.

Para prosperar, o Brasil precisará de uma nova constituição.

Isso não é um Estado feito de baixo para cima, que resulta do povo brasileiro. Isso é um Estado que sempre teve seus donos e que caminha em paralelo à vida privada dos brasileiros. Isso é um Estado patrimonial, com seus donos, usado pelos seus donos para proteger os seus donos. Nunca foi resultado da visão que o brasileiro tem do governo. O Brasil é um país que tem um distanciamento gigantesco entre a sociedade e o Estado. Não é à toa que se construiu aqui um Estado perdulário, ineficiente e corrupto, pois o Estado acontece longe dos olhos da sociedade.

Assim, percebemos que não existe um traço constitucional brasileiro ao longo da História. O Brasil não olha para o seu passado; cada nova constituição era um rompimento com a sua própria história. Tampouco tivemos um mito fundador marcante para nortear nosso modelo de Estado. Nós não formamos uma identidade política; o que nós formamos foi uma identidade cultural. Por exemplo, a tolerância, que é um valor histórico brasileiro.

A gente deixa de buscar, na essência do que é ser brasileiro, aquilo que poderia ser bom para a nossa identidade nacional. A abertura social, a miscigenação e o desprezo pela autoridade são traços marcantes, que estão sendo suprimidos pelo politicamente correto. Isso tem um impacto tão grande a ponto de não sabermos se a próxima geração terá o mesmo entendimento do que é ser brasileiro que nós temos hoje.

Apesar disso, atualmente vislumbra-se uma aproximação entre o Estado e a sociedade. Talvez isso produza, para o futuro e para a próxima geração, uma constituição que possa capturar a essência de ser brasileiro, que não deixa de ser uma pequena semente liberal de tolerância, de igualdade, de aceitação do outro e de desvalorização das diferenças, pois elas não importam sob o ponto de vista político. Assim, a esperança política do Brasil está no reencontro da sociedade com o seu Estado.

# Referências

## Livros

- + História do Brasil com Empreendedores – Jorge Caldeira
- + 1808- Laurentino Gomes
- + 1822- Laurentino Gomes
- + 1889- Laurentino Gomes

## Música

- + What is America to me? – Frank Sinatra
- + Aquarela do Brasil – Ary Barroso



# O parlamentarismo no Brasil

As origens do estado